



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
Palácio 11 de Outubro

PEDIDO DE INFORMAÇÃO SIGA Nº CMBG-PIN-2026/00055

Autor: Vereador **Sidnei Postal**

PEDIDO DE INFORMAÇÃO

Solicita ao Poder Executivo Municipal através da Secretaria competente informações do andamento do Projeto e ou andamento da saída de emergência na E.M.E.F. Professor Agostino Brun

JUSTIFICATIVA

O Vereador que esta subscreve, com fundamento no Regimento Interno da Câmara Municipal de Bento Gonçalves e na Lei Orgânica Municipal, requer que seja oficiado ao Poder Executivo Municipal, através da Secretaria competente, para que preste informações acerca do andamento das providências relacionadas à **INDICAÇÃO SIGA Nº CMBG-IND-2025/00184**, de 24 de fevereiro de 2025, que solicitou a edificação de saída de emergência no pavimento superior da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Agostino Brun, localizada no Bairro Imigrante.

REQUER:

1. Se a demanda objeto da **INDICAÇÃO SIGA Nº CMBG-IND-2025/00184** foi analisada pela Secretaria competente;
2. Se houve vistoria técnica no educandário para avaliação das condições de evacuação de emergência do pavimento superior da escola;
3. Se existe projeto técnico, estudo preliminar ou planejamento visando a implantação de saída de emergência no referido pavimento;
4. Em caso positivo, informar:
 - o estágio atual do processo;

Classif. documental

01.02.01.03



Assinado com senha por SIDNEI POSTAL.
Documento Nº: 197710-5829 - consulta à autenticidade em
<https://siga.bentogoncalves.rs.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=197710-5829>



CMBGPIN202600055A

Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

Palácio 11 de Outubro

- eventual cronograma de execução;
- previsão orçamentária;
- secretaria ou setor responsável pela execução;

5. Em caso negativo, informar as razões pelas quais ainda não foram adotadas providências;

6. Se o Município possui laudo atualizado do Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI) da referida instituição de ensino e se o mesmo contempla adequadamente protocolos de evacuação para alunos com deficiência, mobilidade reduzida, transtorno do espectro autista ou outras necessidades especiais;

7. Se existem treinamentos periódicos de evacuação e protocolos específicos voltados à retirada segura de crianças com necessidades especiais em eventual situação de emergência ou sinistro.

O presente Pedido de Informações possui elevada relevância sob os aspectos da segurança escolar, prevenção de sinistros, proteção à vida e garantia da dignidade das crianças e profissionais que frequentam diariamente a Escola EMEF Professor Agostino Brun.

A preocupação torna-se ainda mais sensível quando analisada sob a ótica das crianças com deficiência, mobilidade reduzida ou necessidades especiais, que em situações de emergência podem encontrar maiores dificuldades de evacuação rápida e segura, especialmente em estruturas que não contem com rotas adequadas de fuga, acessibilidade e saídas de emergência compatíveis com as exigências técnicas e legais vigentes.

É imprescindível destacar que a proteção integral da criança e do adolescente constitui dever constitucional do Poder Público, nos termos do artigo 227 da Constituição Federal, bem como encontra amparo no Estatuto da Criança e do Adolescente — Estatuto da Criança e do Adolescente — que estabelece prioridade absoluta à preservação da vida e da integridade física dos menores.

Da mesma forma, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência impõe ao Poder Público o dever de assegurar acessibilidade, segurança e condições adequadas de proteção às pessoas com deficiência em ambientes de uso coletivo, inclusive instituições educacionais.

Ainda, as normas técnicas de segurança contra incêndio e pânico, especialmente aquelas relacionadas aos Planos de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI), possuem como finalidade primordial garantir evacuação célere, organizada e segura em casos de emergência, sendo indispensável que os ambientes escolares estejam plenamente adaptados para todas as condições humanas presentes na comunidade escolar.



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
Palácio 11 de Outubro

O presente pedido busca, portanto, acompanhar o andamento da demanda anteriormente encaminhada, diante da legítima preocupação da comunidade escolar e da necessidade de prevenção efetiva, evitando que apenas após eventual tragédia medidas estruturais venham a ser implementadas.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, ____ de _____ de 2026.

Bento Gonçalves, 27 de maio de 2026.

- assinado eletronicamente -
Vereador Postal I PL
Vereador

